

Pedro Melo
Advogado



Recados de Bruxelas

Nesta semana chegaram mais uns recados de Bruxelas: poderá vir a ser necessário reforçar as medidas de austeridade que estão inscritas no Orçamento de Estado para 2011, por forma a que sejam cumpridas as metas fixadas pelo PEC. Neste contexto, Olli Rehn aludiu, inter alia, a reformas estruturais no mercado de trabalho pátrio.

Perante este alvitre, o Governo português apressou-se a pôr água na fervura explicando que a reforma do Código do Trabalho de 2009 era suficiente e que não está em cima da mesa a adopção de novas medidas tendentes a flexibilizar as relações laborais. Fez mal.

É verdade que a predita reforma de 2009, introduzindo, entre outras, novas regras tendentes à adaptabilidade de horários, foi positiva. Mas é um erro não se reconhecer que, nas actuais circunstâncias, tal reforma se traduziu apenas num 'face lifting', mantendo-se o essencial da rigidez da nossa legislação laboral, com efeitos perniciosos no funcionamento do mercado de trabalho.

De facto, todos sabemos já que um dos motores do crescimento da economia radica na captação de investimento estrangeiro e na criação de condições para o surgimento de novas empresas e, com elas, de novos postos de trabalho. Ora, perpetuando-se a actual carga fiscal sobre as empresas e outros custos associados ao recrutamento de trabalhadores, a par dos constrangimentos decorrentes do Código do Trabalho, tudo se torna mais difícil. Na verdade, se o nosso país não for capaz de oferecer melhores condições do que os seus concorrentes, continuaremos a não ser atractivos aos olhos de investidores estrangeiros, que assim procurarão novas paragens para investirem.

Poderá vir a ser necessário reforçar as medidas de austeridade que estão inscritas no OE para 2011.

Daí que seja premente compreendermos, por exemplo, que é preciso agilizar os procedimentos tendentes ao despedimento, libertando-as das inúmeras exigências formais e substantivas, reformular o conceito de justa causa de despedimento e eliminar a reintegração do trabalhador na empresa como consequência primeira de um despedimento ilícito. De outro modo, as nossas empresas continuarão a fechar portas e os potenciais investimentos não passarão de miragens. Mais, as novas gerações deixarão de ter futuro por aqui e a serem forçadas a ir ganhar a vida lá fora. Sobretudo, se vingar a ideia do aumento da idade da reforma. A realidade é muito dura.

No fundo, é preciso ganhar consciência que ter hoje um contrato de trabalho é um luxo.

Esclareço os meus caros leitores que não tenho, nem nunca tive, um contrato de trabalho (como, de resto, sucede a muitos outros profissionais). Sempre vivi com um contrato de prestação de serviços, variando a minha remuneração em função dos resultados anuais da sociedade onde exerço a minha actividade. Ou muito me engano, ou o futuro passará por aqui. ■

Nota: Escrevo no dia em faleceu o Professor Ernâni Lopes. Consintam-me uma nota pessoal em atenção ao seu inigualável exemplo de vida. Curvo-me perante a sua memória; eterna.